



SEMINÁRIO ACICO 2010

O MERCADO DE MATÉRIAS-PRIMAS ALIMENTARES NA CAMPANHA 2010/2011

17 DE JUNHO DE 2010

BATALHA, HOTEL VILLA BATALHA

SITUAÇÃO NO SECTOR DO LEITE

Abordar a questão do mercado de matérias-primas – especialmente direccionado para as questões da alimentação animal – no contexto do sector do leite, passa, sobretudo, por perceber como funcionará o mercado dos produtos lácteos, sejam as chamadas ‘commodities’ ou produtos industriais, sejam os produtos direccionados para o consumidor final, no plano interno, mas também a nível comunitário e internacional.

Aqui o axioma básico é muito simples: uma expectativa positiva para o mercado lácteo, no conjunto daqueles vários planos, gerará uma expectativa similar ao nível da produção leiteira e, obviamente, consequências favoráveis para o mercado das matérias-primas no curto e médio prazo.

Façamos, pois, uma abordagem tão objectiva quanto possível do contexto actual do mercado lácteo, começando pela situação relativa aos produtos industriais. Portugal, como é sabido, tem uma participação reduzida nesses mercados do leite em pó, soro em pó ou da manteiga, não tendo qualquer possibilidade de marcar ou condicionar a evolução das respectivas cotações.

A produção de manteiga no nosso país surge, não como uma opção produtiva, mas como um resultado do próprio mix de produção, justificada pela canalização de grande parte da matéria-prima recolhida (em especial no continente) para o fabrico de leite UHT em versões magra e meio-gordo, o que juntamente com opções similares para o queijo e iogurte, gera a constituição de excedentes de gordura que o mercado retalhista da nata e da manteiga não absorve. Assim, uma parcela significativa dessa manteiga é vendida em blocos, para o mercado internacional, na maior parte das situações através de brokers nacionais ou a operar em Portugal, ou via brokers internacionais.



A produção de leite em pó, por seu lado, tem dois contextos diferentes de produção, por um lado de razoável regularidade nos Açores, uma contingência da forte sazonalidade da produção leiteira e da sua utilização pela indústria como se de um 'tanque-pulmão' se tratasse e por outro, no Continente, em resposta a situações pontuais de excedentes, por questões de calendário ou como resultado de convulsões mais ou menos pronunciadas de mercado.

Depois de um período eufórico vivido na segunda metade de 2007 e primeiro trimestre de 2008, as cotações destas duas commodities entraram num período de dezoito meses de quebras sucessivas de cotações – crise económica, quebra do consumo, escândalo chinês da melamina, incremento das quotas leiteiras, aumentos de produção, em especial na UE e na Oceânia – as quais atingiram mínimos históricos e atiraram a fileira do leite para a forte crise que conhecemos e penosamente recordamos.

A partir de Novembro de 2009, a situação apresentou algumas melhorias, a que não é estranha a recuperação económica em algumas zonas do globo, em especial na Ásia emergente, e a compressão da produção, em resultado dos baixos preços, sentida na União Europeia e Estados Unidos. As cotações apresentaram uma razoável subida, os stocks de intervenção na Europa e EUA foram-se esvaziando e verificaram-se, mesmo, alguns ataques de especuladores ao mercado, levantando a questão de se saber se estaríamos ou não a entrar num novo ciclo de conjuntura equivalente ao de 2007/2008.

Esta questão – pelo menos nesta altura – não parece, contudo, colocar-se pois estará a aproximar-se um novo ciclo de recessão, em especial na União Europeia, fácil de adivinhar face ao conjunto de medidas de austeridade, muitas delas actuando sobre o rendimento disponível dos consumidores, o que afectará – estou seguro – a comercialização da maioria dos produtos lácteos mais massificados, mas também dos produtos ditos industriais, pois a sua incorporação noutros produtos alimentares também será afectada pela previsível compressão do consumo.

Ainda assim, é de prever alguma estabilização ou mesmo um ligeiro incremento das cotações das principais commodities lácteas, por força do aumento da procura nos mercados emergentes e pela estabilização da produção de leite a nível mundial. Essa perspectiva não é negativa e fornece o pano de fundo para a actuação dos operadores nacionais e, conseqüentemente, dos produtores de leite nacionais.

No entanto, como é sabido a produção destas commodities representa apenas uma parcela de dimensão variável – maior nos Açores que no Continente - mas sempre de peso relativamente diminuto no volume de negócios da indústria de lacticínios nacional, a qual está especialmente vocacionada para o mercado dos produtos de consumo: leite, queijo, iogurte...

Esse mercado, como é sabido, é totalmente dominado pela chamada distribuição moderna e coloca inúmeras questões, de elevado grau de complexidade, à indústria fornecedora, questões com implicações óbvias nos volumes transformados e na valorização desses mesmos volumes.



A crescente concentração dessa distribuição, de que proximamente se poderá assistir a um novo incremento com a possível aquisição da cadeia MiniPreço pela Sonae Distribuição ou pelo grupo Jerónimo Martins, a política comercial dos principais grupos e a correspondente política de aprovisionamento, são, infelizmente, uma ameaça constante à indústria láctea portuguesa e, por consequência, ao tecido produtivo nacional.

Hoje duas cadeias de distribuição são responsáveis por mais de 60 por cento das compras à indústria láctea em Portugal, duas cadeias de capitais maioritariamente portuguesas, mas nem por isso indutoras de desenvolvimento dos produtos de fabrico nacional. Essas duas cadeias, tanto ou mais que as suas competidoras no mercado, impõe condições de fornecimento que ultrapassam, de longe, o económica e eticamente expectável de uma relação comercial e de parceria entre fornecedores e distribuidores.

Essas condições, contratuais e não contratuais, associadas à permanente ameaça de retirada de prateleira matam a rentabilidade, limitam a inovação, impedem o crescimento e o investimento, factores fundamentais para poder perspectivar uma fileira do leite sustentável, uma fileira do leite com futuro.

Mas o problema não se fica apenas pelas condições definidas no relacionamento estabelecido entre fornecedores e retalhistas. Passa também pela política comercial e de aprovisionamento da grande distribuição. O que se passa hoje com as marcas da distribuição, com o espaço de prateleira que possuem, o conjunto de informações a que acedem (informações legalmente vedadas a concorrentes industriais), com a subsidiação cruzada dos seus preços, com a próprio posicionamento de preços nos produtos que funcionam como isco de atracção dos consumidores às lojas, são aspectos que deveriam ter merecido há muito a actuação vigilante e fiscalizadora das autoridades competentes, mas que, apesar das múltiplas denúncias, continuam a ocorrer com total impunidade.

Um bom exemplo é o que está a ocorrer actualmente, com o total beneplácito do poder político, com o caso do aumento do IVA.

As declarações de um membro do Governo referindo esperar que o aumento do imposto não se reflecta nos preços ao consumidor é um descarado convite ou um completo branqueamento da atitude da distribuição de exigência desses valores ao fornecedor. Mais essa exigência refere-se não aos valores de fornecimento mas sim aos preços de venda ao público, o que significa que os produtos sobre os quais a distribuição aplica uma maior margem, são exactamente aqueles em que a exigência efectuada ao fornecedor é percentualmente mais significativa... um verdadeiro paradoxo.

Outro exemplo é o da utilização sistemática de fornecimentos provenientes de países estrangeiros, para as suas marcas brancas, sendo que esses produtos são colocados no mercado a preços que configuram uma prática repetida de dumping, não importa se na origem, se no destino, mas que tem consequências práticas.



Por um lado, a criação de excedentes em Portugal e, por outro, a enorme destruição de valor que promove, ao obrigar os produtos concorrentes a posicionarem-se em patamares de preços mais baixos como forma única, mas dolorosa, de defesa das quotas de mercado e de escoamento do leite adquirido à produção.

A consequência prática deste tipo de opção foi bem visível durante 2009: por exemplo no caso do leite UHT, as vendas até aumentaram 1% mas o valor respectivo quebrou 9% e o saldo entre importações e exportações degradou-se fortemente, a ponto de o escoamento de excedentes, mais que a valorização do leite adquirido no campo, se haver tornado uma prioridade absoluta – com fortes perdas económicas – para muitos operadores do sector.

A situação de crise premente, associada ao escoamento da matéria-prima, sofreu um claro abrandamento a partir de Novembro de 2009, mas a destruição continuada de valor permaneceu e, hoje, a visita a qualquer espaço comercial mostra-nos produtos com preços extremamente baixos, muitas vezes a partilhar as prateleiras com outros com preços 30 e 40% superiores, que, por isso mesmo, têm manifesta dificuldade em vender-se.

Não se pense, contudo, que esse diferencial de preços corresponde a uma diferença equivalente no valor a que cada um desses produtos entra nos armazéns da distribuição, mas tão-somente a uma política suicida de margens e à subsidiação cruzada que a distribuição coloca em prática, pois, não sejamos inocentes e os números disponíveis confirmam-no, mesmo com a crise de preços vivida o ano passado, as margens da distribuição neste segmento de produtos não pararam de crescer.

No que se refere à fileira do leite, o mercado das matérias-primas apresentará perspectivas tanto mais positivas quanto mais optimistas forem as previsões ao nível da produção de leite e do nível de preços a que o leite no campo será pago. E essas previsões derivam essencialmente das perspectivas de evolução da procura e consumo dos produtos lácteos no nosso mercado e da forma como o fornecimento desses produtos é remunerado.

É pois importante perceber qual será o impacto que as medidas de austeridade recentemente implementadas terão na evolução do consumo que nos últimos meses apresentava apenas tímidos sinais de retoma em relação à compressão verificada nos últimos dois anos, mas é igualmente fundamental compreender e pressionar no sentido de uma remuneração mais justa e equilibrada dos fornecimentos da indústria à distribuição.

Infelizmente, quer num caso quer no outro os sinais são pouco positivos e fazem antever um novo ano de quebras na produção leiteira e de dificuldades no sector produtivo.

Pedro Pimentel
ANIL
Secretário Geral